



ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA DE TRABALHADORES DOMÉSTICOS

Letícia de Almeida¹, Marcos Brambilla², Lucas França Garcia³, Ely Mitie Massuda³

¹ Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/CNPq. almeidaletecia@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações (PPGGCO), UNICESUMAR. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI
marcos.brambilla@unicesumar.edu.br

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS), UNICESUMAR. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI
lucas.garcia@unicesumar.edu.br

⁴ Orientadora, Doutora, Docente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS), UNICESUMAR. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI.
elymitie.m@gmail.com

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi identificar o perfil sociodemográfico de trabalhadores domésticos no Brasil. Para tanto, o instrumento utilizado foi um questionário sociodemográfico, desenvolvido pelos autores, que abordou as seguintes questões: sexo, idade, etnia, escolaridade, renda, estado, subdivisão do trabalho (diarista/mensalista), contribuição com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e vínculo empregatício. O questionário foi disponibilizado em grupos de trabalhadores domésticos no Facebook. A análise descritiva das respostas foi realizada por meio de tabelas de frequência simples pelo aplicativo Microsoft Excel para Windows. Por meio da análise dos resultados foi identificado que o trabalho doméstico no Brasil, ainda nos dias de hoje, tem gênero, etnia e classe social determinadas - mulheres, negras e de baixa renda -, não possuem vínculo empregatício e não que contribuem com o INSS. Espera-se, com este resultado, colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem os direitos trabalhistas dessa população mais vulnerável dentro dessa categoria laboral.

PALAVRAS-CHAVE: Emprego doméstico; Vulnerabilidade; Promoção da saúde.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o emprego de domésticos em lares de média/alta classe é um traço cultural marcante da sociedade brasileira (POSTHUMA, 2020), e representa uma herança do período escravocrata e do patriarcado no país associada a extrema concentração de renda característica do país (GUERRA et al, 2020).

Nessa categoria profissional, enquadram-se babás, cuidadores, diaristas e mensalistas, jardineiros, motoristas ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar do domicílio e/ou da família do empregador. Em 2019, havia no Brasil, 6 milhões de pessoas ocupadas nessa categoria de trabalho. No país, essa atividade é realizada, principalmente, por mulheres (92%), negras (65%), sem carteira assinada (75%), com idade média de 44 anos, remuneração de R\$ 876,00/mês (em



2021), jornada média de trabalho de 52 horas/semana e 52,4% eram chefes de família (IBGE, 2019; DIEESE, 2021).

O emprego doméstico divide-se, ainda, em mensalista e diarista. Os mensalistas são aqueles que trabalham em uma residência e recebem um salário mensal. Os diaristas, por sua vez, são aqueles que trabalham em mais de um domicílio e recebem por dia de trabalho. Esta segunda subdivisão, que representava 43% do total de trabalhadores domésticas em 2019, têm um jornada de trabalho reduzida, mas mais intensa, além de receberem salários menores e terem mais dificuldade de garantir proteção social. Frente a crise econômica do país e das novas configurações familiares, uma migração das mensalistas para as diaristas tem sido documentada, um quadro preocupante, visto que favorece esse contexto de desproteção e subvalorização (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2021).

Um marco dessa vulnerabilidade é representado pelo atraso na garantia de direitos dessa profissão, que só foi concedido em 2013, pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das domésticas, enquanto das demais profissões ocorreu em 1988, por meio da constituição (PINHEIRO et al, 2020). Apesar de ter equiparado essa categoria de trabalho com as demais e ter favorecido um aumento na proporção de trabalhadoras com carteira assinada até 2015, a partir de 2016, a Lei Complementar (LC - N 150/2015), determinou que a exigência de formalização de vínculos trabalhistas só se dá àquelas que exercem suas atividades no mesmo domicílio por três ou mais dias na semana, contribuindo para uma regressão desses dados. Desde 2016, a taxa de formalização dos serviços domésticos tem caído expressivamente (PINHEIRO et al, 2020).

Colocado à margem das atividades produtivas, o trabalho doméstico é invisível aos olhos da sociedade (GUIMARÃES et al, 2011; PINHEIRO et al, 2020), que dele se serve amplamente, sem, no entanto, reconhecer este fato. Esse trabalho ainda carece de reconhecimento, de condições decentes e garantias de direitos e proteção. O isolamento que vivenciam esses trabalhadores, a desinformação, falta de tempo e dinheiro, horas de descanso limitadas e o temor de perda do emprego acabam afetando a saúde, asseverando-se que, apesar das garantias teoricamente asseguradas, “raras vezes registram o surgimento de patologias decorrentes da exposição a fatores causadores de danos à saúde em seus locais de trabalho” (PORTO, 2008, p. 295) para essa categoria. Assim, tendo-se em vista a importância desse trabalho para a organização da sociedade e que é um tema que carece de investigações, o objetivo da presente pesquisa foi analisar o perfil sociodemográfico de trabalhadores domésticos brasileiros.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, de natureza aplicada, de abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória quanto aos objetivos.



Após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Cesumar, sob o parecer 5.646.519, um questionário sociodemográfico elaborado no Google Forms foi enviado em grupos do Facebook voltados ao emprego doméstico - do dia 29 de novembro de 2022 até 10 de fevereiro de 2023. Ao clicar no link do formulário, uma breve explicação sobre a pesquisa foi apresentada e, em seguida, disponibilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com o Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Em casos concordância, deu-se acesso ao questionário.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi questionário sociodemográfico que abordou questões referentes ao sexo, idade, etnia, escolaridade, renda, estado civil, número de filhos, casa própria, número de moradores casa, chefe da família, estado, subdivisão do trabalho (diarista ou mensalista), contribuição com o INSS e vínculo empregatício.

As respostas ao questionário foram descritas por meio de tabelas de frequência simples por intermédio do aplicativo Microsoft Excel para Windows.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa obteve 111 respostas anônimas ao formulário, em que 97,3% das participantes eram do sexo feminino e idade média de 39,82 anos. A predominância das mulheres no trabalho doméstico mostra-se como uma característica não só do cenário brasileiro, mas mundial, ainda que um aumento discreto na participação masculina (2,1%) nessa atividade tenha sido relatado nos últimos nove anos (DIEESE, 2023).

Participantes de vários estados do Brasil contribuíram com a pesquisa, sendo São Paulo o estado de maior representatividade (50,45%), seguido pelo Paraná (18,02%), Rio de Janeiro (7,21%) e Ceará (2,7%). Entretanto, 6% dos participantes não responderam a essa questão.

Os resultados apresentam que a etnia negra (pretos+pardos) se sobressai em relação aos não negros (amarelas+brancas+indígenas) nessa atividade, 57,6% contra 42,3%, respectivamente, ressaltando o trabalho doméstico como herança do período escravocrata no país (PINHEIRO et al, 2020; DIEESE 2023). Isso evidencia, então, o trabalho doméstico como um espaço de resistência das mulheres negras, muitas vezes a única alternativa para a independência financeira após abolição da escravidão (CARVALHO; GONÇALVES, 2023).

Quanto a escolaridade, mostra-se que uma parcela possui ensino médio completo (27,9%), ensino superior incompleto (7,25%) e ensino superior completo (4,5%), em contraste aos 61,1% que relataram ensino fundamental incompleto, fundamental completo ou ensino médio incompleto.

A maior parcela (41%) declarou renda mensal, em reais, entre 501-1000, seguido por 1001-2000 (31%), 2001-4000 (17%), mais de 4001 (8%) e até 500 (4%). Lembra-se que a análise da subdivisão do trabalho



doméstico (mensalista e diarista) expressou que a maioria dos participantes são diaristas (62%), que trabalham de modo informal (66%) e que não contribuem com o seguro social, do INSS (62,2%).

Esses resultados reforçam a vulnerabilidade à qual essa profissão está submetida, visto que, sendo a maioria empregada como diaristas - tendência crescente observada no setor desde a aprovação da PEC das Domésticas em 2015, não há vínculo empregatício e, com isso, ficam desamparadas dos direitos trabalhistas que levaram anos para serem conquistados e ter equiparidade com às demais profissões (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou o perfil sociodemográfico de trabalhadores domésticos e com ele, observou-se que o emprego doméstico no Brasil está interrelacionado com o gênero, etnia, classe e, conseqüentemente, com a escolaridade. A vulnerabilidade e a invisibilidade da categoria são reforçadas com os altos índices de informalidade da profissão, tornando-a desamparadas de qualquer direito trabalhista.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Mônica Gurjão. Trabalho Doméstico Remunerado e Resistência: interseccionando raça, gênero e classe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 43, p. 1-16, 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003249090>.

CHEREMETA, M. et al. Construção da versão abreviada do QWLQ-78: um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 1, n. 3, p. 01-15, 2011.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2021). **Trabalho Doméstico no Brasil**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspUBLICACOES/2021/trabalhoDomestico.pdf> Acesso em 01 ago. 2023.

Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2023). **Trabalho Doméstico no Brasil**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf> Acesso em 01 ago. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, IBGE, n. 40, 2019a. Disponível em: <https://bityli.com/rL7ni>. Acesso em: 03 ago. 2023.



GUERRA, M. de F. L.; SANTOS, L. G. dos; FUSARO, E. R. Características demográficas e socioeconômicas das famílias contratantes de trabalho doméstico remunerado no Brasil. In: PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA; OIT, 2021. p. 1-246.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. Cuidado e Cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 151-180, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v117> Acesso em: 03 agosto 2023.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C; VASCONCELOS, M. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Ipea; OIT, 2021. p. 191-220. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38920&Itemid=466. Acesso em: 02 agosto 2023.

PINHEIRO, Luana et al. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Ipea; OIT, 2021. p. 67-104.

PORTO, D. Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. **Revista Bioética**, v. 16, n.2, 2008, p. 287-303.

POSTHUMA, A. C. A economia de cuidado e o vínculo com o trabalho doméstico: o que as tendências e políticas na América Latina podem ensinar ao Brasil. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Ipea; OIT, 2021. p. 25-46. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38920&Itemid=466. Acesso em: 02 agosto 2023.